

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”



ATA

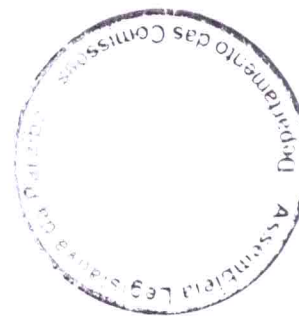


ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA POR ATO DO PRESIDENTE Nº 58/2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2019.

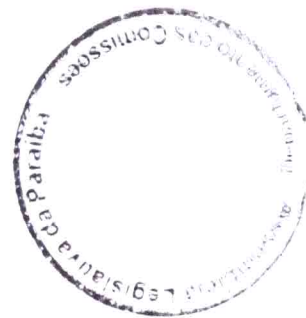
Às quatorze horas do dia dois de outubro de dois mil e dezenove, no Plenário Judivan Cabral, desta Assembleia Legislativa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instituída pelo Ato do Presidente de nº 58/2019, publicado no Diário do Poder Legislativo – DPL de nº 7.745 do dia 17 de maio de 2019, para apurar, debater e indicar política pública de enfrentamento ao feminicídio no Estado. Atendendo o Edital de Convocação publicado no DPL de nº 7.814 do dia 01 de outubro de 2019, sob a Presidência da Deputada Cida Ramos, e presentes os Deputados Edmilson Soares e Wallber Virgolino. A Presidenta convidou o Deputado Edmilson Soares para secretariar os trabalhos, que realizou a leitura do Edital de Convocação da Presente Reunião, Leitura da Ata da 3ª Reunião Ordinária da CPI do Feminicídio, realizada no dia 20 de agosto de 2019, e Ata da 4ª Reunião Ordinária da CPI do Feminicídio, realizada no dia 28 de agosto de 2019. Posto em discussão. Posto em votação, as atas foram aprovadas por unanimidade. A Presidenta afirmou que é muito importante a presença de todos, e registrou a presença das Delegadas Renata Matias e Maria das Dores Coutinho, e do Técnico José Eduardo Sarmento. Informou que ainda serão ouvidas muitas pessoas e muitos dados foram solicitados da Secretaria de Segurança Pública, e que serão ouvidos familiares e autores. O Deputado Edmilson Soares informou que o movimento Rede elaborou uma cartilha, com apoio da Assembleia Legislativa e da Secretaria de Educação, que serão distribuídas com os Padres e Diáconos da Arquidiocese da Paraíba, e que foram produzidas duzentos mil cartilhas. A Presidenta declarou o início das oitivas dos representantes dos movimentos sociais. Oitiva da Senhora Idelvania Macedo, Psicóloga Especialista em Políticas Públicas de Gênero e Raça



pela Universidade Federal da Paraíba, Especialista em Psicologia Humanista e Abordagem Centrada na Pessoa pela UNIFE, trabalha no Serviço Especializado no Atendimento as Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual, Feminista, Integra a Articulação de Mulheres Brasileiras e o Movimento Mulheres Negras na Paraíba, compõe o Grupo Interinstitucional de Trabalho para a construção de diretrizes estaduais do feminicídio, e Integrante da Comissão de Direitos Humanos. A Presidenta pediu que possa discutir sobre participação representativa dos movimentos sociais, e perguntou se é garantido no processo de discussão e elaboração do plano de enfrentamento a violência contra a mulher e ao feminicídio na Paraíba a representação desses movimentos, e como tem ocorrido isso. Em resposta a Senhora Idelvania Macedo, cumprimentou todos, informou que faz parte do Coletivo Feminista – Cunha, e disse que o espaço é muito importante para o movimento. Afirmou que em relação a participação representativa dos movimentos sociais, tem um legado histórico, que as políticas para as mulheres não foram uma conquista dada, e que a mulheres feministas lutam a muito tempo, indo para as ruas e fazendo debates. Relatou que possuem marcos legais e políticos que impulsionam para a luta, como a convenção de Belém do Para, para contextualizar a violência contra as mulheres, que a Lei do Feminicídio é uma conquista do movimento feminista, que no Estado vem contribuindo com esse processo, como exemplo da Câmara Temática Municipal de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres, e a nível estadual tem a Rencave que é uma Rede de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres, que são proponentes de plano municipal e estadual de enfrentamento a violência contra as mulheres. Encerrou. Discussão e Votação: Requerimento nº 06/2019, que solicita as oitivas de Jean Francisco Bezerra Nunes, Secretário de Segurança e Defesa Social da Paraíba; Gilvaneide Nunes da Silva, Secretária de Desenvolvimento Humano; Promotora Caroline Monteiro da Franca, Núcleo Estadual de Genro do Ministério Público da Paraíba; e Hugo Elder Porto Barreto, Delegacia de Crime Contra a Pessoa de João Pessoa. Posto em discussão. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Requerimento nº 07/2019, que requer a presença do Senhor Geraldo Antônio de Medeiros, da Secretaria de Estado da Saúde, para repassar dados, e presença da Senhora Renata Nobrega, Secretária Executiva. Posto em discussão. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Requerimento nº 08/2019, que requer a realização de sessões itinerantes que serão realizadas nas regiões Metropolitanas, Campina Grande, Guarabira e Patos. Posto em discussão. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Requerimento nº 09/2019, que requer com base no artigo 2º do Regimento Interno, a oitiva da Deputada Delegada Marta



Rocha, do Estado do Rio de Janeiro, para apresentar o panorama de trabalho realizado pela CPI do Feminicídio da ALERJ. Posto em discussão. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. A Presidenta informou que serão retomadas as oitivas, e perguntou a Senhora Idelvania Macedo, quais são os principais fatores que são apontados pelos movimentos feministas que estão diretamente relacionados ao crescente número de feminicídio? Em resposta, a Senhora Idelvania Macedo, afirmou que um dos principais é a ausência de implementação das políticas públicas, orçamento de gênero e raça, e que os serviços de rede são insuficientes para o contingente de homens e mulheres. Destacou que o Estado tem apenas duas casas abrigos, dois juizados, uma defensoria pública, quatorze delegacias especializadas da mulher, e sete centros de referência da mulher. Disse que a política das mulheres é intersetorial, que precisa ter apoio da saúde, educação, habitação e assistência. Informou que a Cunha tem pesquisa de 2018 que aponta políticas fundantes para que as mulheres consigam fazer o rompimento do ciclo da violência, com a política de geração de emprego e renda e a política de habitação. Encerrou. Oitiva da Senhora Larina Lacerda, Advogada e Educadora Social, Representante do Centro da Mulher Oito de Março, Coordenadora do Banco de Monitoramento de Dados e Violência Mulheres, Criança e Adolescente na Paraíba, Membro do Conselho Municipal e Estadual dos Direitos das Mulheres, Membro do Comitê Estadual Tráfico de Pessoas, Membro da Rede Estadual em Atenção às Mulheres e Jovens em Situação de Violência Doméstica e Sexual, Secretária Executiva da Rede Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A Presidenta perguntou, qual a avaliação dos movimentos feministas em relação à operacionalização das medidas de prevenção ao feminicídio. Em resposta, a Senhora Larina Lacerda, disse que para combater o número de feminicídio, é preciso tratar como base de enfrentamento nas escolas, pelo fato da presença dos jovens e crianças, e defendeu que as discussões devem estar presentes nas escolas. Encerrou. Oitiva da Senhora Cirleide, Licenciada em História pela Universidade Estadual da Paraíba, Integra a Associação Flor Mulher a doze anos, Suplente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Integra o Conselho Curador da Fundação de Direitos Humanos Margarida Maria Alves, Gestora da Escola Estadual Maria de Lourdes Araújo. A Presidenta perguntou, qual a avaliação dos movimentos em relação à notificação de crimes contra a vida das mulheres que ainda não são caracterizados como feminicídio? Em resposta, a Senhora Cirleide afirmou que o movimento de mulheres se sente fragilizado, e que embora a Polícia Civil e Polícia Militar tenham melhorados, não é suficiente para responder as



demandas das mulheres hoje. Defendeu a necessidade de investigação mais aprofundada com olhar criterioso para poder determinar que certos homicídios sejam tipificados como feminicídio. Disse que a rede de atendimento ainda não consegue responder as demandas, que os CREAS não funcionam como deviam, que o CREAS não tem uma casa específica de acolhimento para as mulheres, que é necessário melhorar os serviços das investigações para que as mulheres possam ter dignidade, e que viver sem violência é um direito das mulheres. Encerrou. A Presidenta perguntou, com relação as penas aplicadas aos autores de feminicídio, como avalia a quantidade de tempo e são brandas? Em resposta, a Senhora Cirleide afirmou que o processo educativo é a solução para conseguir mudar o modelo de sociedade, que as penas são brandas, e que deveriam ser mais duras. Defendeu que em relação ao feminicídio sejam impostas no mínimo trinta anos de prisão. Encerrou. A Presidenta perguntou, como a Casa pode contribuir em termos de projetos de leis, ou ação que possa ser proposto ao executivo, e o que se pode fazer para prevenir e combater o feminicídio? Em resposta, a Senhora Idelvania Macedo falou que é necessário um parlamento que seja comprometido com a política da mulher, e criticou a ausência de outros deputados na presente reunião. Afirmou que para avançar é necessário fortalecer as políticas públicas, ter orçamento, ampliação dos serviços, ampliação das redes, interiorização, implantação das leis, implementação da política, e da resolutividade dos casos judiciais. Destacou que a política precisa ter um olhar para as mulheres negras, que não existe mulher universal, que são plurais, que possuem territorialidade, escolaridade, renda e condição física diferente, e defendeu o reconhecimento da política de forma interseccionada. Encerrou. A Senhora Sirleide Dantas afirmou que os serviços são precarizados nos municípios, e defendeu a necessidade de a Casa pensar na possibilidade aparelhar para a contratação de profissionais para as Delegacias Especializadas de Atenção a Mulher. Encerrou. A Senhora Larina Lacerda afirmou que é necessário aumentar o efetivo e qualificação dos profissionais na polícia, judiciário, assistência e educação. Defendeu efetivação dos processos judiciais que envolvem violência contra a mulher, com aumento de efetivo, e unificação dos processos. Encerrou. Oitiva da Senhora Ligia Freitas, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Ação Sobre Mulher em Relações de Gênero da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Doutora em Educação pela UFPB, Professora Titular da UFPB em João Pessoa desde 1993, atua no ensino superior desde 2011, de 2005 a 2011 foi Coordenadora da Educação e Cultura Inclusiva e Não Sexista da Secretaria de Políticas para as Mulheres de João Pessoa, Integrou Programa Plano Brasileiro de Cooperação entre UFPE e a Universidade de Barcelona, tem experiência com



formação de professores de jovens e mulheres, e trabalha temas de curriculum que fazem interface com gênero, questões étnico raciais e corpo, cultura corporal dos movimentos juventude, políticas para as mulheres e direitos humanos. A Presidenta perguntou, se há incentivo do Estado para produção do conhecimento e pesquisa sobre o fenômeno da violência contra as mulheres e feminicídio na Paraíba? Em resposta, a Senhora Lígia Freitas, afirmou que o estado brasileiro avança com relação as políticas públicas para as mulheres é com a produção intelectual que vem se fortalecendo desde a década de noventa. Disse que tem dois órgãos importantes para a implementação de políticas públicas, que é a produção do IBGE e do IPEA. Falou que houve retrocesso com o atual governo, no sentido de dizer o que pode ser publicado, e de desqualificar uma produção estatística. Defendeu que quando o estado brasileiro começa a se preocupar com as políticas das questões de gênero, e a estruturar essas políticas, vai encontrar amparo nas academias e nas produções feministas. Afirmou que as Universidades estão precarizadas no sentido da produção, que nos últimos meses houve o anúncio de cortes de bolsas, que não se produz conhecimento sem recursos, e que não se implementa políticas sem recursos. Destacou que se não tiver recursos, não se produz a primeira parte da política, e que a política de prevenção passa pela educação formal e informal. Encerrou. A Presidenta perguntou a que a Senhora Lígia Freitas atribui o crescimento e esse número alto de feminicídio? Em resposta, a Senhora Lígia Freitas disse que é necessário olhar os indícios, sem contaminar os indícios com crenças e valores, e que esse seria o grande desafio. Afirmou que em relação a produção do conhecimento, falta as universidades dialogarem com o poder público, e que o estado precisa demandar. Encerrou. Oitiva da Senhora Idalina Santiago, Feminista, Coordenadora do Grupo Flor e Flor, Estudo de Gênero e Sexualidade, Professora do Programa de Pós Graduação e Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, linha de pesquisa gênero, diversidade e relações de poder, Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem pesquisas e trabalhos publicados na área. A Presidenta perguntou, se do ponto da vista da participação das universidades e movimentos, tem sido chamados para discutir o plano de enfrentamento a violência contra a mulher e o feminicídio na Paraíba? Em resposta, a Senhora Idalina Santiago disse que em relação ao plano de enfrentamento, enquanto Professora da Universidade, sempre foi convocada, como também, grupos da Universidade Federal de Campina Grande, grupos de mulheres, e ONG's. Afirmou que encontra dificuldade para o deslocamento, por ter que se deslocar com recursos próprios. Encerrou. A Presidenta perguntou se há efetivação das políticas para as mulheres na Paraíba, voltada especificamente para o combate



ao feminicídio? Em resposta a Senhora Idalina Santiago afirmou que é necessário capacitação, abrir delegacias, casas abrigos, que as delegacias funcionem nos finais de semanas e por vinte e quatro horas. Falou que a criação dos Centros de Referencias das Mulheres é um diferencial, e que é necessário abrir em outras regiões. Defendeu mais financiamento e equipamentos para as Redes. Encerrou. Oitiva da Senhora Tania Melo, Musicista, Pesquisadora, Educadora, Coordena o Fórum de Mulheres em Luta da Universidade Federal da Paraíba, Doutora em Música, Militante Feminista. A Presidenta perguntou, sobre o tratamento dado pelos órgãos de segurança publica e tribunal de justiça em relação a aplicação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, como avalia? Em resposta, a Senhora Tania Melo, afirmou que os recursos estão cada vez mais escassos com a politica atual, e que as leis tem sido formulada de forma cuidadosa e propositiva, mais a efetivação ainda é muito precária, que não tem estrutura que garanta a efetivação, que não tem efetivo suficiente para garantir a proteção das mulheres e prevenção dos crimes contra as mulheres, que não tem capacitação de pessoal e dos órgãos que estabelecem essas leis, e defendeu o aumento de recursos para garantir todos os pontos em vários âmbitos. A Presidenta perguntou, se há parcerias entre as universidades e o Estado para oferta de cursos de capacitação, de serviços, de qualificação, do ponto de vista do estudo que possa aprofundar a discussão do feminicídio? Em resposta, a Senhora Tania Melo afirmou que precisa melhorar e ter uma parceria cuidadosa e efetivada, e defendeu que o Estado possa garantir financiamento de pesquisas e projetos de extensão. A Presidenta concedeu a palavra a Professora Elizangela, que cumprimentou todos os presentes e agradeceu a colaboração de todas as pessoas ouvidas. Defendeu a necessidade de aprofundar as propositoras da Assembleia Legislativa com as câmaras municipais. Afirmou que algumas câmaras municipais tem insistido na proibição do dialogo sobre o recorte de gênero, e aprovando projetos de impedimento de movimentos sociais estarem na escola dialogando no processo formativo através da proposta de escola sem partido. A Presidenta concedeu a palavra a Senhora Rafaela que cumprimentou todos e afirmou que as oitivas foram bastante produtivas, que colocações serão pensadas e dialogas, e parabenizou a Deputada Cida Ramos pela propositura da CPI. A Presidenta agradeceu a presença de todos e registrou a presença da Senhora Isabele Ramalho, Mestranda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, Presidente da Comissão de Combate a Violência e Impunidade Contra a Mulher da OAB, Diretora de Gênero e Violência Domestica do Instituto Brasileiro de Direito da Família Secção Paraíba. A Presidenta declarou encerrada a presente Reunião. Lavrando a presente Ata o redator Paulo Fernando da Silva, Assistente Legislativo,



que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta, deputada Cida Ramos, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Sessões, João Pessoa-PB, 02 de outubro de 2019.


Deputada Cida Ramos
Presidenta